

**BLOCO III****Direito Empresarial**

71. A empresa "PESCADO PURO LTDA." formulou pedido de recuperação judicial, apresentando plano que previa o pagamento de todas as suas dívidas em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia da concessão da recuperação e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Regularmente aprovado o plano pela assembleia-geral de credores, a recuperação foi concedida pelo juiz. Porém, depois de pontualmente adimplidas as trinta primeiras parcelas, a devedora não conseguiu honrar com as demais, por dificuldades de fluxo de caixa. Nesse caso, o descumprimento das obrigações assumidas no plano
- (A) não autoriza a convocação da recuperação judicial em falência, mas pode justificar novo pedido de falência.
- (B) autoriza a convocação da recuperação judicial em falência, que pode ser decretada de ofício.
- (C) autoriza a convocação da recuperação judicial em falência, desde que requerida por qualquer credor.
- (D) autoriza a convocação da recuperação judicial em falência, desde que requerida pelo administrador judicial.
- (E) não autoriza a convocação da recuperação judicial em falência, mas apenas a execução individual pelos credores.
72. Antônio contratou a compra da safra de milho produzida por Bruno, pelo preço de R\$ 20,00 por saca de 60 Kg. Em pagamento do preço, Antônio emitiu e entregou a Bruno um cheque, mas deixou de preencher o valor, que seria aposto pelo próprio vendedor, depois de feita a pesagem do milho colhido. No entanto, Bruno preencheu o cheque com valor superior ao combinado e, em seguida, endossou a cártula a Carlos, que conhecia os termos do ajuste feito com Antônio. Em seguida, Carlos endossou o cheque a Dagoberto, terceiro de boa-fé, que por sua vez endossou o título a outro terceiro de boa-fé, Eduardo, com a cláusula de que não garantia o pagamento da cártula. Apresentado o cheque para pagamento ao banco, este o devolveu por insuficiência de fundos. Nesse caso, Eduardo poderá cobrar o pagamento do cheque
- (A) de Antônio, Bruno, Carlos e Dagoberto.
- (B) apenas de Antônio.
- (C) apenas de Carlos.
- (D) apenas de Bruno e Carlos.
- (E) apenas de Antônio, Bruno e Carlos.
73. "FRANGO SAUDÁVEL S.A.", empresa produtora e exportadora de frangos, com sede em Florianópolis, concentra sua atividade econômica em Blumenau, onde se situa o seu principal estabelecimento. No entanto, todos os seus fornecedores e credores têm domicílio em Itajaí. Nesse caso, a competência para decretar a falência da empresa será do juízo de:
- (A) Florianópolis ou Itajaí, definindo-se por prevenção.
- (B) Blumenau.
- (C) Florianópolis.
- (D) Itajaí.
- (E) Florianópolis ou Blumenau, definindo-se por prevenção.
74. Adriana e Débora eram sócias numa sociedade limitada. Sem prévia audiência dos demais sócios, Adriana alienou à Débora a totalidade das quotas de que era titular. Nesse caso, considerando que o contrato social era omissivo quanto à cessão de quotas, a alienação realizada é
- (A) válida, mas só será eficaz depois de ratificada pela maioria dos demais sócios.
- (B) nula, porque não autorizada expressamente pelo contrato social.
- (C) nula, porque não respeitado o direito de preferência dos demais sócios.
- (D) válida, não podendo ser impedida pelos demais sócios.
- (E) válida, mas pode ser vetada por sócios titulares de mais de um quarto do capital social.
75. Considere as seguintes proposições acerca da duplicata:
- I. É vedado ao comprador resgatar a duplicata antes de aceitá-la.
- II. O prazo de vencimento da duplicata é improrrogável.
- III. A duplicata é protestável por falta de aceite, devolução ou pagamento.
- IV. É ineficaz o aval dado em garantia do pagamento da duplicata após o vencimento do título.
- V. Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV e V.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.
76. Em matéria de direito do autor, contrafação significa
- (A) o ato de registro que garante ao autor exclusividade sobre a sua obra.
- (B) a elaboração de biografia sem autorização do biografado.
- (C) a reprodução não autorizada.
- (D) a reprodução de obra de domínio público.
- (E) a decadência do direito do autor sobre a sua obra.
77. Ricardo, empresário do ramo de móveis, alienou o seu estabelecimento para Alexandre, que ali deu continuidade à exploração da mesma atividade. No contrato de trespasse, foram regularmente contabilizadas todas as dívidas relativas ao estabelecimento, algumas delas já vencidas e outras por vencer. Nesse caso, Ricardo
- (A) não responde pelas dívidas do estabelecimento, ainda que anteriores à sua transferência.
- (B) responde com exclusividade por todas as dívidas do estabelecimento anteriores à sua transferência.
- (C) responde com exclusividade apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.
- (D) responde solidariamente com Alexandre, durante determinado prazo, por todas as dívidas anteriores à transferência do estabelecimento.
- (E) responde solidariamente com Alexandre apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.

**Direito Tributário**

78. Rubens, agente do fisco de Santa Catarina, compareceu ao estabelecimento de Supermercado Rio Itajaí Ltda., localizado na cidade de Itajaí e, depois de identificar-se funcionalmente aos encarregados diretos da empresa presentes no local, intimou-os a franquear-lhe acesso às dependências internas do estabelecimento, com base no que dispõe o § 3º do art. 69 do Regulamento do ICMS de Santa Catarina, que assim dispõe:

“Art. 69 – ...

...
”

§ 3º – Os agentes do fisco terão acesso às dependências internas do estabelecimento, mediante a apresentação de sua identidade funcional aos encarregados diretos presentes no local.”

Os referidos encarregados da empresa, embora cientes de sua obrigação de dar acesso às dependências internas do estabelecimento ao agente do fisco, negaram-se a fazê-lo, mas de modo bastante cordial. Diante de tal situação, Rubens

- (A) não poderá requisitar auxílio de autoridade policial estadual, se não demonstrar que foi vítima de desacato no exercício de suas funções.
- (B) poderá requisitar auxílio de autoridade policial estadual, com a finalidade de auxiliá-lo na efetivação da referida medida prevista na legislação tributária.
- (C) nada poderá fazer, enquanto não for expedida ordem judicial expressa para que os encarregados da empresa cumpram a determinação contida no Regulamento do ICMS estadual.
- (D) só poderá requisitar auxílio de autoridade policial estadual, se demonstrar que a negativa dos encarregados da empresa configura fato definido em lei como crime.
- (E) deverá solicitar, necessariamente, a expedição de ordem judicial determinando à autoridade policial estadual que lhe preste auxílio no sentido de dar cumprimento ao disposto no Regulamento do ICMS estadual.

79. Klaus, viúvo, domiciliado em Blumenau/SC, faleceu em 2013 e deixou bens no valor de R\$ 1.800.000,00 a seus quatro filhos: Augusto, Maria, Marcos e Teresa. Augusto, domiciliado em Chapecó/SC, em pagamento de seu quinhão, recebeu o terreno localizado em Maringá/PR. Maria, domiciliada em Belo Horizonte/MG, renunciou a seu quinhão a favor de sua irmã, Teresa. Marcos, domiciliado em São Paulo/SP, em pagamento de seu quinhão, recebeu o montante depositado na conta corrente que Klaus mantinha em São Paulo e com o imóvel localizado à beira-mar, em Torres/RS. A Teresa, domiciliada em Campo Grande/MS, em pagamento de seu quinhão, couberam os bens móveis deixados pelo falecido. Marcos renunciou ao imóvel localizado em Torres a favor de sua irmã, Teresa. O processo judicial de arrolamento dos bens deixados por Klaus correu em Blumenau/SC. Considerando as informações acima e a disciplina estabelecida na Constituição Federal acerca da sujeição ativa do ITCMD, compete ao Estado de

- (A) São Paulo o imposto sobre a renúncia de Marcus em relação ao terreno recebido, pois essa renúncia caracteriza doação e o doador está domiciliado em São Paulo.
- (B) Santa Catarina o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* do terreno recebido por Augusto.
- (C) Santa Catarina o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* de todos os bens deixados por falecimento de Klaus.
- (D) Mato Grosso do Sul, Estado de domicílio de Teresa, o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* dos bens móveis recebidos por ela.
- (E) Minas Gerais o imposto incidente sobre a transmissão *inter vivos*, não onerosa, de bens móveis integrantes do quinhão recebido por Teresa, em razão da renúncia efetivada por Maria.

80. Lukas, domiciliado em cidade do interior catarinense, é proprietário de imóvel residencial, que valia, em 2012, R\$ 200.000,00. Em 2013, esse imóvel passou a valer R\$ 240.000,00, em razão da obra pública realizada pela Prefeitura Municipal, e que resultou na referida valorização. A Prefeitura Municipal instituiu, lançou e cobrou contribuição de melhoria dos contribuintes que, como Lukas, tiveram suas propriedades valorizadas. O mesmo Município catarinense, a seu turno, com base em lei municipal, lançou e cobrou, em 2013, a taxa decorrente da prestação de serviço público de recolhimento de lixo domiciliar, tendo como fato gerador o recolhimento do lixo produzido individualmente, nos imóveis residenciais localizados naquele Município. O Município catarinense lançou e cobrou essa taxa de Lukas, em relação ao mesmo imóvel acima referido. Neste ano de 2015, Lukas recebeu uma excelente oferta pelo seu imóvel e está pensando em vendê-lo. Ocorre, porém, que não pagou a contribuição de melhoria lançada pela municipalidade, nem a taxa lançada pelo Município. Em razão disso, com base nas regras de responsabilidade por sucessão estabelecidas no CTN,

- (A) tanto o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, como o relativo à taxa, se sub-rogarão na pessoa do adquirente, na proporção de 50% do valor lançado.
- (B) o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria não se sub-rogará na pessoa do adquirente, mas o relativo à taxa sim, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- (C) tanto o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, como o relativo à taxa, se sub-rogarão na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- (D) nem o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, nem o relativo à taxa, se sub-rogará na pessoa do adquirente.
- (E) o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria se sub-rogará na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação, mas o relativo à taxa não.



81. Por expressa determinação constitucional, pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS. É a chamada **quota-parte** municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS. O Estado de Santa Catarina concedeu empréstimo a vários Municípios localizados em seu território, sob condição de que o valor emprestado fosse pago no prazo máximo de 24 meses. Findo o referido prazo, a maior parte dos Municípios manteve-se inadimplente. Como consequência dessa inadimplência, o Estado editou norma que condicionou a entrega da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS ao pagamento dos referidos créditos vencidos e não pagos. Diante do condicionamento criado pelo Estado, os Municípios catarinenses entraram em juízo, pedindo a declaração de inconstitucionalidade da norma que implementou a referida condição, e alegaram, paralelamente, que deixaram de pagar os referidos empréstimos recebidos, como forma de protesto contra o governo estadual, que editara lei, segundo a qual, três quintos da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS seriam creditados de acordo com aquela lei. Os Municípios devedores sentiram-se prejudicados pelos termos dessa nova lei. Com base nos fatos hipotéticos narrados acima e na disciplina da Constituição Federal acerca dessa questão, o Estado de Santa Catarina
- (A) não poderia ter editado lei ordinária dispondo sobre a forma de creditamento de fração alguma da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, pois essa matéria é reservada à disciplina de lei complementar federal.
 - (B) não poderia ter editado norma que condicionasse a entrega de recursos provenientes da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, ao pagamento dos créditos de que era titular.
 - (C) poderia ter editado lei ordinária que dispusesse sobre a forma de creditamento da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, na proporção de até um quarto do valor da referida quota-parte.
 - (D) poderia ter editado lei ordinária que dispusesse sobre a forma de creditamento da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, na proporção de até metade do valor da referida quota-parte.
 - (E) não poderia ter editado norma visando reter os recursos provenientes da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, mas poderia tê-la editado para o fim de restringir emprego desses recursos a determinados fins.
-
82. Autoridades brasileiras constataram que as relações internacionais com determinado país vizinho começaram a se deteriorar velozmente, e todas as medidas diplomáticas ao alcance de nossas autoridades foram inúteis para reverter o quadro que apontava para a eclosão de guerra iminente. Em razão disso, o País teve de começar a tomar medidas defensivas, visando a aparelhar as forças armadas brasileiras de modo a que pudessem defender o território nacional e sua população. Os ministérios das áreas competentes constataram que seria necessário incrementar a arrecadação de tributos em, pelo menos, 20%, para fazer face às despesas extraordinárias que essa situação estava ocasionando. Com base na situação hipotética descrita e nas regras da Constituição Federal,
- (A) a União poderá instituir, mediante lei, tanto empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa ou sua iminência, como impostos extraordinários, sendo estes últimos apenas no caso de guerra externa deflagrada.
 - (B) a União, não tendo despesas extraordinárias a atender, poderá instituir, na iminência de guerra externa, mediante lei complementar, empréstimo compulsório, que deverá ser cobrado, observados os princípios da anterioridade e da noventena (anterioridade nonagesimal).
 - (C) os Estados e os Municípios, por meio de lei, poderão instituir contribuições de beligerância, a serem lançadas e cobradas na fase pré-conflito, para custear as despesas necessárias à adaptação da infraestrutura urbana das cidades que fazem fronteira com a potência estrangeira hostil.
 - (D) a União, tendo ou não tendo despesas extraordinárias a atender, poderá instituir, na iminência de guerra externa, mediante lei, impostos extraordinários, dispensada a observância dos princípios da anterioridade e da noventena (anterioridade nonagesimal).
 - (E) a União, os Estados e os Municípios, na iminência de guerra externa, poderão, por meio de lei, instituir, respectivamente, adicionais do ITR, do IPVA e do IPTU sobre a propriedade de bens de estrangeiros residentes no Brasil, nacionais da potência estrangeira hostil.
-
83. Wagner, pequeno empresário, domiciliado na cidade de Mafra/SC, desejando ampliar seus negócios, pensou em transformar seu estabelecimento comercial em estabelecimento industrial. Sua preocupação era ter de pagar um imposto que até então lhe era desconhecido: o IPI. Para melhor conhecer esse imposto, conversou com alguns amigos que também eram proprietários de indústria e cada um deles lhe passou as informações que tinham sobre esse imposto. Disseram-lhe, por exemplo, que a competência para instituir esse imposto está prevista na Constituição Federal e que, de acordo com o texto constitucional, o IPI
- I. é imposto não-cumulativo, compensando-se o que é devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
 - II. tem seu impacto reduzido sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma estabelecida em Regulamento.
 - III. pode ter suas alíquotas interestaduais alteradas por meio de Resolução do Senado Federal.
 - IV. é imposto seletivo, em função da essencialidade do produto, mas não o é em função do porte do estabelecimento industrial que promove seu fato gerador.
- Está correto o que se afirma em
- (A) IV, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e IV, apenas.



84. Um determinado contribuinte do ICMS emitiu dois documentos fiscais referentes a operações tributadas, indicando valores diferentes nas respectivas vias, deixando, com isso, de submeter essas operações, parcialmente, à incidência do imposto. O primeiro documento, referente à saída de mercadorias em operações internas, sujeitas à alíquota de 17%, indicava, em sua primeira via, um valor de operação equivalente a R\$ 100.000,00, mas, na via fixa, destinada à escrituração, apuração e pagamento do imposto, registrou-se a importância de R\$ 10.000,00, como sendo o valor da operação. O segundo documento, também referente à saída de mercadorias em operações internas, sujeitas à alíquota de 17%, indicava, em sua primeira via, um valor de operação equivalente a R\$ 500.000,00, mas, na via fixa, destinada à escrituração, apuração e pagamento do imposto, registrou-se a importância de R\$ 50.000,00, como sendo o valor da operação. Em ambos os casos, a base de cálculo do ICMS era o próprio valor da operação. Foram lavradas duas notificações fiscais, uma para cada situação, por meio das quais se reclamou a diferença de imposto sonegado e a penalidade pecuniária, equivalente a 100% do imposto sonegado. O contribuinte optou por discutir os referidos lançamentos diretamente na esfera judicial. Os processos não tramitaram conjuntamente. O primeiro processo, referente à infração cometida em 2012, foi sentenciado em primeira instância, em março de 2014, enquanto que o segundo foi sentenciado em novembro de 2014. O referido Estado, por meio de lei ordinária publicada em junho de 2014, cujos efeitos se produziram de imediato, promoveu alteração na penalidade aplicável a esse tipo de infração, que passou a ser apenada com multa equivalente a 60% do valor da operação. Na data de publicação dessa lei, em nenhum dos dois processos havia decisão judicial transitada em julgado. Nenhuma das duas penalidades cominadas para essa infração foi considerada inconstitucional por qualquer motivo. Com base nos dados fornecidos e nas normas do Código Tributário Nacional acerca da aplicação da legislação tributária, a penalidade pecuniária prevista no novo texto legal
- (A) será aplicada, automaticamente, à segunda situação infracional, mas não à primeira.
- (B) não será aplicada a nenhuma das duas situações infracionais.
- (C) será aplicada, automaticamente, a ambas as situações infracionais.
- (D) será aplicada à primeira situação infracional, se o contribuinte tiver apresentado recurso, mas não se aplica à segunda situação infracional.
- (E) será aplicada, automaticamente, à primeira situação infracional, mas não à segunda.

Direito Administrativo

85. Considere as seguintes afirmações:
- I. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- II. É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- III. É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

86. Existe certa polêmica entre os juristas quanto à constitucionalidade da "multa civil", prevista como espécie de sanção cabível por ato de improbidade administrativa, no art. 12 da Lei nº 8.429/92.

No entanto, já houve oportunidade de manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, tal como se passou no RE 598588 AgR, assim ementado: "AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MULTA CIVIL. ARTIGO 12, III, DA LEI nº 8.429/92. As sanções civis impostas pelo artigo 12 da Lei nº 8.429/92 aos atos de improbidade administrativa estão em sintonia com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Agravos regimentais a que se nega provimento".

Independentemente do entendimento jurisprudencial sobre essa polêmica, são argumentos adequadamente pertinentes a ela:

- (A) A situação de *bis in idem* caracterizada pela simultânea previsão de indisponibilidade dos bens e de multa civil, como sanções por ato de improbidade administrativa.
- (B) A incompatibilidade de sanção civil com ação de improbidade administrativa, dado, justamente, tratar-se de relação jurídica administrativa.
- (C) A não previsão da multa civil dentre as sanções arroladas no dispositivo constitucional que trata da improbidade administrativa.
- (D) A natureza administrativa, e não jurisdicional, da ação de improbidade administrativa.
- (E) A situação de *bis in idem* caracterizada pela simultânea previsão de ressarcimento ao erário e de multa civil, como sanções por ato de improbidade administrativa.

87. A Constituição Federal, no art. 37, § 5º, assim dispõe: "A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento". Em julgamento de 2 de agosto de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o recurso extraordinário nº 669.069, admitiu sua repercussão geral, afirmando: "Apresenta repercussão geral o recurso extraordinário no qual se discute o alcance da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário prevista no artigo 37, § 5º, da Constituição Federal".

Assim decidindo, o Tribunal reconheceu

- (A) não haver imprescritibilidade das ações judiciais que visem a reparar prejuízos ao erário.
- (B) haver a imprescritibilidade apenas das ações de improbidade administrativa que visem ao ressarcimento ao erário.
- (C) haver a imprescritibilidade de quaisquer ações judiciais que visem ao ressarcimento ao erário.
- (D) que a imprescritibilidade das ações judiciais que visem ao ressarcimento ao erário tem efeitos *erga omnes*, não atingindo apenas os servidores públicos.
- (E) haver divergência relevante sobre a interpretação do dispositivo constitucional em questão, quanto ao alcance da imprescritibilidade das ações judiciais que visem a reparar prejuízos ao erário.



88. Pela perspectiva tão somente das definições constantes do direito positivo brasileiro, consideram-se “bens públicos” os pertencentes a
- (A) um estado, mas não os pertencentes a um território.
 - (B) um município, mas não os pertencentes a uma autarquia.
 - (C) uma sociedade de economia mista, mas não os pertencentes ao distrito federal.
 - (D) uma fundação pública, mas não os pertencentes a uma autarquia.
 - (E) uma associação pública, mas não os pertencentes a uma empresa pública.
89. Nos termos da Súmula Vinculante 27, do Supremo Tribunal Federal, “Compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente”.
- Está contida no posicionamento do Tribunal a compreensão de que
- (A) a agência reguladora posiciona-se juridicamente em relação ao usuário do serviço público como fornecedora do serviço.
 - (B) a concessionária de serviço público mantém com a agência reguladora uma relação jurídica caracterizada como de consumo.
 - (C) é facultativa, a critério da agência reguladora, a sua inserção como parte na relação jurídica caracterizada como de consumo, tendo por objeto o serviço público regulado.
 - (D) serviço público não pode ser considerado objeto de relação de consumo, estando sujeito ao regime exorbitante característico das relações jurídicas de direito administrativo.
 - (E) há relação jurídica caracterizada como de consumo entre o usuário e a concessionária de serviço público.
90. Existe no direito brasileiro, especialmente no âmbito da doutrina, imprecisão na compreensão conceitual do dito “contrato administrativo”. Com efeito, o direito positivo brasileiro não é expresso ao cuidar da matéria, nem mesmo o faz de modo nacionalmente unificado. Quando muito, encontram-se exemplos de tratamento da noção de contrato, no direito positivo, com o sentido pragmático de fixação de entendimento necessário para a aplicação de determinada Lei. É o que se passa, por exemplo, com a Lei nº 8.666/93:
- “Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, ...*
- Conhecendo o espírito da Lei nº 8.666/93, assim se completa corretamente a definição de contrato apresentada acima:
- (A) ... observados estritamente os tipos contratuais fixados por esta Lei”.
 - (B) ... não sendo admissível contrato celebrado pela Administração e predominantemente regido pelo direito privado”.
 - (C) ... devendo tais contratos, salvo exceções legalmente previstas, ser regidos pelos princípios gerais aplicáveis aos contratos privados”.
 - (D) ... seja qual for a denominação utilizada”.
 - (E) ... excluídas as relações jurídicas em que as partes possuam interesses convergentes”.
91. Um consórcio público de direito público poderá expedir declaração de utilidade ou necessidade pública para fim de desapropriação
- PORQUE
- a pessoa jurídica em que consiste o consórcio público de direito público integra a administração indireta dos entes federativos consorciados.
- Analisando as duas asserções acima, é correto afirmar que
- (A) a primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda asserção é uma proposição falsa.
 - (B) a primeira asserção é uma proposição falsa e a segunda é uma proposição verdadeira.
 - (C) as duas asserções são proposições verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
 - (D) as duas asserções são proposições verdadeiras e a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
 - (E) as duas asserções são proposições falsas.
92. Vigora no Brasil, disciplinando o direito constitucional de acesso à informação, a Lei nº 12.527/11. É ideia ESTRANHA ao regime dessa lei a
- (A) criação, pelo acesso à informação classificada como sigilosa, da obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
 - (B) possibilidade de que qualquer interessado possa apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades competentes, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
 - (C) inclusão, no sentido de acesso à informação, do direito de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
 - (D) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
 - (E) classificação da informação sigilosa, em regra geral, segundo os seguintes critérios: ultrassecreta – 25 anos; secreta – 15 anos; e reservada – 5 anos.
93. Um estado, aplicando a Lei nº 11.079/04 (conhecida como lei das parcerias público-privadas), pretende publicar edital de pregão para a celebração de contrato de concessão administrativa, a vigorar por 10 anos, renováveis por igual período, tendo por objeto a execução de obra pública consistente na nova sede administrativa para o governo. Considerando apenas esses elementos do edital, bem como o regime traçado pela referida lei para as concessões administrativas, um procurador do estado emitiu parecer apontando ilegalidade no tocante aos seguintes elementos:
- I. aplicação, pelo estado, da Lei nº 11.079/04.
 - II. modalidade de licitação escolhida.
 - III. prazo do futuro contrato.
 - IV. objeto do futuro contrato.
- Tem razão o procurador no tocante ao que afirmou em
- (A) I e IV, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II e IV, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.



94. Na hipótese de danos causados a terceiros, em decorrência de atentado terrorista que venha a ser praticado contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público,
- (A) a União possui apenas responsabilidade civil subsidiária, se comprovada falta do serviço, acionável pelos terceiros no caso de insolvência da companhia aérea.
- (B) não há consequência patrimonial para a União.
- (C) a União é legalmente autorizada a assumir as consequentes despesas de responsabilidade civil que a empresa aérea teria em relação aos terceiros.
- (D) a União possui apenas responsabilidade civil subsidiária, de natureza subjetiva, acionável pelos terceiros no caso de insolvência da companhia aérea.
- (E) a União possui apenas responsabilidade civil subsidiária, de natureza objetiva, acionável pelos terceiros no caso de insolvência da companhia aérea.

Direito Ambiental

95. Determinado Estado da Federação possui uma legislação sobre flora. A União, após intenso debate legislativo, trouxe em lei federal normas gerais sobre a mesma matéria tratada na lei estadual. A lei estadual
- (A) fica revogada no que for contrário à legislação federal superveniente.
- (B) está automaticamente revogada.
- (C) pode ser revogada pelo Poder Legislativo Estadual.
- (D) continua em vigor, mesmo os dispositivos que sejam contrários ao texto da lei federal.
- (E) fica com a eficácia suspensa no que for contrário à legislação federal superveniente.
96. Um pesquisador desenvolveu uma técnica de cultivo de ostra pela qual a produção aumenta em 75%, trazendo, assim, real ganho econômico ao produtor. A nova técnica exaure os recursos naturais necessários ao cultivo da ostra em 30 anos. A nova técnica
- (A) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, independentemente de prévio Estudo de Impacto Ambiental, por representar aumento de produção ao empreendedor.
- (B) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, desde que haja o licenciamento ambiental da atividade.
- (C) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, desde que o licenciamento ambiental seja conduzido por um Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.
- (D) não poderá ser admitida pelo órgão ambiental, uma vez que fere o Princípio do Desenvolvimento Sustentável.
- (E) não poderá ser admitida pelo órgão ambiental por ferir o Princípio da Taxatividade Ambiental.

97. Por decisão do representante contratual da Empresa BETA, que produz fertilizante agrícola, alguns funcionários, inclusive o próprio representante contratual, utilizaram espécimes da fauna silvestre em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização, em pesquisa realizada sem o conhecimento da empresa e divorciada de qualquer atividade de interesse ou que pudesse trazer algum benefício, ainda que indireto, para ela. A empresa
- (A) poderá ser responsabilizada no campo do direito penal, a depender de outros elementos, uma vez que a conduta praticada é tipificada como contravenção penal.
- (B) será responsabilizada no campo do direito penal, uma vez que a conduta praticada é tipificada como crime.
- (C) não será responsabilizada no campo do direito penal.
- (D) será responsabilizada no campo do direito penal, uma vez que a conduta praticada é tipificada como contravenção penal.
- (E) não será responsabilizada no campo do direito penal porque o fato é atípico.

98. O Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, consistente no equilíbrio ecológico e na higidez do meio e dos recursos naturais, é bem
- (A) individual homogêneo, indivisível, indisponível e impenhorável.
- (B) tangível, disponível e impenhorável.
- (C) coletivo, divisível e indisponível.
- (D) comum, geral, difuso, indivisível, indisponível e impenhorável.
- (E) difuso, divisível, indisponível e impenhorável.

99. O proprietário da Fazenda Santa Rita instituiu uma servidão ambiental, pelo prazo de 05 anos, em área de 150 hectares de sua propriedade dotada de relevante interesse ecológico. Após 02 anos, a fazenda foi desmembrada. A servidão ambiental
- (A) permanecerá sem alteração de destinação durante seu prazo de vigência.
- (B) será extinta.
- (C) é nula, uma vez que não existe no ordenamento jurídico brasileiro servidão ambiental temporária.
- (D) poderá ser mantida a critério dos novos proprietários.
- (E) será extinta em um prazo máximo de 01 ano.

100. A Defensoria Pública, preocupada com uma população carente que reside nas cercanias do novo empreendimento, ajuizou uma ação civil pública pretendendo a declaração de nulidade do licenciamento de uma Indústria conduzido pelo Estado Y, em razão de que, mediante convênio, o Estado Y delegou a execução de ações administrativas relacionadas ao licenciamento para o Município X, o qual dispõe de órgão ambiental capacitado para executar as ações delegadas e de conselho de meio ambiente. A ação deverá ser julgada
- (A) improcedente.
- (B) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo ativo.
- (C) procedente.
- (D) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo passivo, que é ocupado pelo Estado Y e pelo Município X.
- (E) parcialmente procedente apenas para condicionar o licenciamento à previa autorização da União.